COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 58
RUBRICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 017/2023 – CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2023
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 015/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI E A EMPRESA UDINEIDE RIBEIRO DA SILVA 77091329449 (CNPJ N° 33.148.555/0001-34) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ATENDIMENTO EM CAPACITAÇÕES PARA OS TÉCNICOS DE REFERÊNCIA, ORIENTADOR SOCIAL E FACILITADORES DE OFICINAS DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA COM ATIVIDADES DIVERSIFICADAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA, CNPJ n° 06.554.018/0001-11, com sede na Praça Agostinho Varão, s/n, CEP n° 64.855-000, Centro, no Município de Antônio Almeida, no Estado do Piauí, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MARCELO TOLEDO LAURINI, CPF n° 085.669.728-13.

CONTRATADA: UDINEIDE RIBEIRO DA SILVA 77091329449, CNPJ n° 33.148.555/0001-34, com sede na Av. José Ribamar Coelho, n° 05, Bairro Bela Vista, CEP n° 64.860-000, no Município de Uruçuí, no Estado do Piauí, neste ato representada por UDINEIDE RIBEIRO DA SILVA, CPF n° 770.913.294-49.

Os Contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo da Dispensa de Licitação n° 011/2023, instruída através do Processo Administrativo n° 017/2023 – CPL/PMAA, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n° 8.666/93 e demais legislações pertinentes, nos termos das cláusulas adiante esposadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste ajuste a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ATENDIMENTO EM CAPACITAÇÕES PARA OS TÉCNICOS DE REFERÊNCIA, ORIENTADOR SOCIAL E FACILITADORES DE OFICINAS DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA COM ATIVIDADES DIVERSIFICADAS.**

1.2. Os serviços objetos deste Contrato Administrativo serão prestados continuamente e em conformidade com as especificações constantes no termo de referência, na proposta da contratada e no presente contrato administrativo.

1.3. Independentemente de transcrição, são partes integrantes deste Contrato Administrativo o termo referência e a proposta da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

2.1. O valor global contratado no presente ajuste para fornecimento do objeto é de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 59
RUBRICA

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

3.1. Este Contrato Administrativo terá vigência de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura.

3.2. Este Contrato Administrativo firmado poderá ser prorrogado, caso se enquadre na prerrogativa prevista no art. 57, § 1º, da Lei n° 8.666/93, desde que haja interesse das partes envolvidas e que sejam cumpridas as formalidades legais.

3.3. Compete as partes, de comum acordo, nos termos previstos neste instrumento, na Lei n° 8.666/93 e em outras disposições legais, realizar por escrito, através de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

3.4. A Contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme dispõe o art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

4.1. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Município de Antônio Almeida/PI, devidamente assegurados com a seguinte dotação orçamentária:
Fundo de Assistência Social, FMAS.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: **02.03**	**Fundo Municipal de Assistência Social**
PROJETO-ATIVIDADE: 08.244.0416.2011.00	Serviços de Proteção Social Básica
08.244.0416.2012.00	Manut. Das Ações do programa IGD-Bolsa
08.244.0416.2013.00	Manutenção do Fundo de Assistência Social
08.244.0416.2016.00	Manutenção das Ações do Programa IGD-SUAS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00	

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as especificações constantes no termo de referência, no contrato administrativo e na proposta da contratada, inclusive no que tange aos prazos, condições e locais de entrega.

5.2. Permitir o acesso dos empregados da contratada às dependências da contratante para execução do objeto, bem como proporcionar todas as facilidades necessárias.

5.3. Promover por meio de servidores especialmente designados, o acompanhamento e a fiscalização do contrato sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FL 60 RUBRICA

5.4. Receber os serviços, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da nota fiscal com a nota de empenho e atestando seu recebimento.

5.5. Devolver, quando for o caso, com a devida justificativa, qualquer serviço fornecido fora das especificações contratadas.

5.6. Efetuar o pagamento mensalmente, no mês subsequente a prestação, até 30 (trinta) dias após recebimento e atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal, comprovando o efetivo fornecimento dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar os serviços objetos da presente contratação de acordo com as especificações constantes no termo de referência, na proposta da contratada e no presente contrato administrativo, inclusive no que tange aos prazos, condições e locais de entrega.

6.2. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da prestação do objeto desta contratação, inclusive materiais, mão de obra, locomoção, transporte, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciária, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes de sua execução.

6.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados ao Contratante ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato.

6.4. Responsabilizar-se por todas e quaisquer reclamações, prejuízos e ações judiciais decorrentes da execução do objeto deste contrato administrativo.

6.5. Fornecer garantia quanto à qualidade dos serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição, às suas expensas, de qualquer serviço fornecido em desacordo com o termo de referência.

6.6. Comunicar imediatamente, por escrito, ao contratante, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada.

6.7. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação.

6.8. Não transferir ou subcontratar o objeto contratado para terceiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O objeto do presente contrato administrativo deverá ser executado no prazo de 1 (um) dia útil após o recebimento da ordem de serviço pela Contratada.

7.2. O não cumprimento do disposto nos itens 7.1 do presente contrato administrativo acarretará a rescisão do contrato administrativo, bem como a aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

7.3. A administração rejeitará fundamentadamente, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o especificado no termo de referência e na proposta.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 61
RUBRICA

7.4. O objeto contratado será recebido:

a) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, mediante termo circunstanciado, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, com fundamento no art. 73, II, "a", da Lei nº 8.666/1993

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, que se dará em até 90 (noventa) dias do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, com fundamento no art. 73, II, "b" e § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

7.5. O setor competente, designado para o acompanhamento do objeto, fará o recebimento limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na nota fiscal, no termo de referência e na proposta da empresa vencedora, fazendo constar no canhoto e no verso da nota a data da entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

7.6. Acaso insatisfatória a verificação do serviço, será lavrado termo de recusa do objeto, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da comunicação formal da administração do setor.

7.6.1. Caso a correção não ocorra no prazo acima determinado, estará à empresa vencedora incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

7.6.2. Os custos de substituição dos serviços rejeitados correrão exclusivamente a expensas da empresa contratada.

7.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 7.4 não ser procedida dentro do prazo fixado reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que comunicado à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos, com fundamento no art. 73, § 4º, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado pelo setor competente da Prefeitura Municipal Antônio Almeida, no prazo de até 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 40º, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993.

8.2. A nota fiscal referida acima deverá apresentar discriminadamente os serviços fornecidos a que se referir.

8.3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e neste caso reabrir-se-á, do início, o prazo elencado no item 8.1, contado da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega dos produtos e/ou prestação dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 62
RUBRICA

9.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, com fundamento no art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei n° 8.666/93.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Aplicam-se, subsidiariamente a este item as disposições constantes da Seção IV, do Capítulo III, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

10.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

a) O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

b) A data base adotada será a data 01 (um) ano posterior ao início da vigência contratual.

c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$R = V \times \frac{I - Io}{Io}$ = onde:

R - Valor do reajustamento calculado;
V - Valor contratual do objeto a ser reajustados;
I - Índice (IPCA), correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);
Io – Índice (IPCA), correspondente à data base.

10.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada, conforme solicitações de fornecimento realizadas pelo Contratante.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL. 63
RUBRICA

10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

10.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. A Contratada estará sujeita à imputação das penalidades, conforme decidir a autoridade competente, em caso de cometimento de infração administrativa nos termos da Lei n° 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para ao Contratante.

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e de 1,0% (um por cento) por dia, após o trigésimo dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

b.1) Multa de 5,0% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento).

b.2) Multa de 10,0% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante.

c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no SICAF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

c.1) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato.

c.2) Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto.

c.3) Não mantiver a Proposta de Preços apresentada no certame licitatório.
c.4) Falhar gravemente na execução do contrato.

c.5) Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que

aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados, entre outros comportamentos e em especial quando:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FL 64 RUBRICA

d.1) Apresentar documentação falsa exigida para o certame.

d.2) Comportar-se de modo inidôneo.

d.3) Cometer fraude fiscal.

d.4) Fraudar na execução do contrato.

11.2. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, incisos III e IV, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Contratada que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, no qual será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, com comunicações realizadas por meio do Diário Oficial do Município, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 8.666/93.

11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

11.5. As multas poderão ser cominadas de forma cumulativa.

11.6. Os valores das multas aplicadas serão descontados "ex-officio" de qualquer crédito existente da Contratada, junto ao Município Contratante, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n° 8.666/93.

12.2. O presente ajuste poderá ser rescindido unilateralmente ou por acordo entre as partes nas formas e condições definidas na legislação vigente.

12.3. Para a rescisão unilateral a Contratante deve proceder a notificação da empresa Contratada, por escrito, concedendo prazo mínimo de 05 (cinco) dias corridos para apresentação de suas razões, sem que lhe caiba qualquer ônus.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FL 05 RUBRICA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICADA E CASOS OMISSOS

13.1. Este Contrato Administrativo será regido pela Lei nº 8.666/1993, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE

14.1. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por aqueles que pretendem contratar com a Administração Pública, para o ramo pertinente, conforme previsto nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. O extrato resumido do instrumento do Contrato será publicado pelo ente Contratante no Diário Oficial do Município, em cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Marcos Parente/PI (Termo Judiciário: Antônio Almeida/PI), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelos Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Antônio Almeida/PI, 28 de fevereiro de 2023.

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA
MARCELO TOLEDO LAURINI
CONTRATANTE

Udineide Ribeiro da Silva
UDINEIDE RIBEIRO DA SILVA 77091329449
UDINEIDE RIBEIRO DA SILVA
CONTRATADA

Testemunhas:

01 – Nilane Felix Alves Franco

02 – Aldaci Reges de Sousa

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 66
RUBRICA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 017/2023 – CPL/PMAA.
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°: 011/2023.
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°: 015/2023.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI.
CONTRATADO: UDINEIDE RIBEIRO DA SILVA 77091329449 (CNPJ N° 33.148.555/0001-34).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ATENDIMENTO EM CAPACITAÇÕES PARA OS TÉCNICOS DE REFERÊNCIA, ORIENTADOR SOCIAL E FACILITADORES DE OFICINAS DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA COM ATIVIDADES DIVERSIFICADAS.
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II E O ARTIGO 23, INCISO II, ALÍNEA "A", DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, C/C ART.1º, INCISO II, ALÍNEA "A", DO DECRETO FEDERAL N° 9.412/2018.
VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS).
Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Município de Antônio Almeida/PI, devidamente assegurados com a seguinte dotação orçamentária:
Fundo de Assistência Social, FMAS.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.03	**Fundo Municipal de Assistência Social**
PROJETO-ATIVIDADE: 08.244.0416.2011.00	Serviços de Proteção Social Básica
08.244.0416.2012.00	Manut. Das Ações do programa IGD-Bolsa
08.244.0416.2013.00	Manutenção do Fundo de Assistência Social
08.244.0416.2016.00	Manutenção das Ações do Programa IGD-SUAS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00	

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES CONTADOS DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO.
SUBSCRITORES: MARCELO TOLEDO LAURINI PELA CONTRATANTE E UDINEIDE RIBEIRO DA SILVA PELA CONTRATADA.
DATA DA ASSINATURA: 28/02/2023.

Antônio Almeida/PI, 28 de fevereiro de 2023.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
67
FL
RUBRICA

Id:0E28966B4158FBF3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE DO PIAUÍ
RUA CÍCERO MANOEL DE CARVALHO, Nº 214 - CEP 64.578-000
CNPJ 01.612.570/0001-03
CAMPO GRANDE DO PIAUÍ – PI

PORTARIA Nº 020 / 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA A SERVIDORA GIRLEIDE DA SILVA OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE DIGITADORA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições, contidas na Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela servidora para a concessão de licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 74 da Lei Municipal nº 009/1997 no Capítulo IV, Inciso VII, seção VII que *"Dispõe sobre o Regime Único dos Servidores Públicos e Civis do Município de Campo Grande do Piauí, para assuntos particulares e outras providências"*.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares, pelo período de 02 (dois) anos, sem remuneração, para a servidora **Girleide da Silva Oliveira,** portadora de CPF nº 005.571.563-00, ocupante do cargo efetivo **digitadora,** lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Grande do Piauí-PI.

Art. 2º - Após o término do prazo da licença sem vencimento, a servidora deverá apresentar-se perante o setor de pessoal e retornar imediatamente ao serviço.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Grande do Piauí, Estado do Piauí em 01 de março de 2023.

Francisco José Bezerra
Prefeito Municipal de Campo Grande do Piauí- PI

CIENTE: Girleide da Silva Oliveira

Id:0047DFB799F4FBDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE DO PIAUÍ
RUA CÍCERO MANOEL DE CARVALHO, Nº 214 - CEP 64.578-000
CNPJ 01.612.570/0001-03
CAMPO GRANDE DO PIAUÍ – PI

PORTARIA Nº 021 / 2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA O SERVIDOR FRANCISCO JAILTON DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições, contidas na Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a solicitação formulada pelo servidor para a concessão de licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares;

CONSIDERANDO o disposto no capítulo IV, na Seção VI da Lei Municipal nº 160/2011 *", Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimento e Remuneração do Profissionais da Educação de Campo Grande do Piauí, para assuntos particulares e outras providências"*.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares, pelo período de 03 (três) anos, sem remuneração, para o servidor **Francisco Jailton de Oliveira,** portador de CPF nº 790.369.883-49, ocupante do cargo efetivo **professor,** lotado na Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Grande do Piauí-PI.

Art. 2º - Após o término do prazo da licença sem vencimento, o servidor deverá apresentar-se perante o setor de pessoal e retornar imediatamente ao serviço.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Grande do Piauí, Estado do Piauí em 03 de março de 2023.

Francisco José Bezerra
Prefeito Municipal de Campo Grande do Piauí- PI

(Publicado conforme o recebido)

Id:0F8BDBE39EE2F9BB

CÂMARA MUNICIPAL DE MADEIRO
CNPJ. 04.432.792/0001-24

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 003/2023.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços nº 0130001/2023. .....

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MADEIRO, Estado do Piauí, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.432.792/0001-24, com sede na Rua Elias Freitas, s/n, Centro, CEP 64.168-000, Madeiro, Estado do Piauí.

CONTRATADO: Vitaliano de Aguiar Pessoa Neto, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Piauí – OAB/PI nº 11937, portador do CPF nº 048.307.343-10 e RG nº 030488392006-3-SSP/PARÁ, com escritório profissional na Rua Cassimiro Llarte, 3192, Bairro Centro, CEP 64.168-000, na cidade de Madeiro-PI

Objeto: serviços profissionais de assessoria e consultoria jurídica, com o devido zelo, compreendendo, os itens da cláusula primeira.

Amparo Legal: Lei(s) Federais nºs.14.133, de 01.04.2021

Valor: R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) mensais

Data da Assinatura: .04/03/2023.

Signatários:
Pela Câmara: DENIS ARAÚJO LOPES, inscrito no CPF nº: 022.977.213-74.
Pelo Contratado: Vitaliano de Aguiar Pessoa Neto, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Piauí – OAB/PI nº 11937.

Id:125266D459F6FF6B

Prefeitura Municipal de
ANTÔNIO ALMEIDA
CNPJ Nº 06.554.018/0001-11
Praça Agostinho Varão, 67 - centro

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 017/2023 – CPL/PMAA.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 011/2023.
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 015/2023.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI.
CONTRATADO: UDINEIDE RIBEIRO DA SILVA 77091329449 (CNPJ Nº 33.148.555/0001-34).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ATENDIMENTO EM CAPACITAÇÕES PARA OS TÉCNICOS DE REFERÊNCIA, ORIENTADOR SOCIAL E FACILITADORES DE OFICINAS DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA COM ATIVIDADES DIVERSIFICADAS.
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II E O ARTIGO 23, INCISO II, ALÍNEA "A", DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, C/C ART.1º, INCISO II, ALÍNEA "A", DO DECRETO FEDERAL Nº 9.412/2018.
VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS).
Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Município de Antônio Almeida/PI, devidamente assegurados com a seguinte dotação orçamentária:
Fundo de Assistência Social, FMAS.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.03	Fundo Municipal de Assistência Social
PROJETO-ATIVIDADE: 08.244.0416.2011.000	Serviços de Proteção Social Básica
08.244.0416.2012.00	Manut. Das Ações do programa IGD-Bolsa
08.244.0416.2014.00	Manutenção do Fundo de Assistência Social
08.244.0416.2016.00	Manutenção das Ações do Programa IGD SUAS
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00	

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES CONTADOS DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO.
SUBSCRITORES: MARCELO TOLEDO LAURINI PELA CONTRATANTE E UDINEIDE RIBEIRO DA SILVA PELA CONTRATADA.
DATA DA ASSINATURA: 28/02/2023.

Antônio Almeida/PI, 28 de fevereiro de 2023.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL 68
RUBRICA

ORDEM DE SERVIÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 017/2023 – CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2023

CONTRATADA:	
Empresa:	UDINEIDE RIBEIRO DA SILVA 77091329449
CNPJ:	33.148.555/0001-34
Endereço:	Av. José Ribamar Coelho, n° 05, Bairro Bela Vista, CEP n° 64.860-000, no Município de Uruçuí, no Estado do Piauí

Pelo presente instrumento, a empresa acima qualificada fica autorizada a iniciar o **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ATENDIMENTO EM CAPACITAÇÕES PARA OS TÉCNICOS DE REFERÊNCIA, ORIENTADOR SOCIAL E FACILITADORES DE OFICINAS DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA COM ATIVIDADES DIVERSIFICADAS**, conforme especificações constantes no termo de referência, na proposta da contratada e no contrato administrativo.

Antônio Almeida/PI, 28 de fevereiro de 2023.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

RECEBIDO DA EMPRESA:	
Data Recebimento:	
Concordância:	( ) Sim ( ) Não
Empresa:	